

# TÓPICOS SOBRE ALIENAÇÃO E EDUCAÇÃO<sup>1</sup>

Frederico Costa<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo é produto de um grupo de estudos de educadores sobre a problemática da alienação e seus possíveis desdobramentos no campo educacional. Procurou-se por meio da pesquisa teórico-bibliográfica e utilizando o método da leitura imanente identificar a materialidade da alienação enquanto processo histórico-social. O texto divide-se em três momentos básicos. Primeiro, um percurso sintético sobre as diversas formas de apreensão do complexo social da alienação. Segundo, a identificação marxiana dos fundamentos da alienação no processo de produção da vida material da sociedade. Terceiro, a tentativa de identificar os aspectos alienantes da práxis educativa. Como resultado verificou-se que a práxis educativa produz e reproduz alienação na esfera de constituir individualidades por meio da apropriação de objetivações que são barreiras ao desenvolvimento das potencialidades humanas; a práxis educativa, em sua própria efetivação, na relação entre os diversos sujeitos educativos, produz e reproduz relações de alienação.

**Palavras-Chave: Alienação; Educação; Capitalismo.**

## Introdução

Este artigo é produto de um grupo de estudos de educadores sobre a problemática da alienação e seus possíveis desdobramentos no campo educacional.

Nos tempos atuais, particularmente na área educacional, o conceito de alienação ou estranhamento parece ter o mesmo destino de categorias como conscientização, dialética, contradição, totalidade, práxis, luta de classes, exploração, dominação, opressão, imperialismo, libertação, engajamento, democracia, revolução, socialismo, emancipação e outras afins: o esquecimento ou desuso arbitrário. Outras, mais assépticas e apriorísticas viraram moda, fazendo parte do vocabulário das políticas públicas e do próprio cotidiano pedagógico, como cidadania, ética, competência, gestão, avaliação, consenso, participação e integração, entre outras.

No entanto, os ventos da crise atual revelam a triste situação da educação em nosso país: dualismo educacional entre escola pública e privada, precarização crescente da práxis docente e conformação da atividade pedagógica como reprodutora de barreiras ao desenvolvimento potencial dos indivíduos posto pelo patamar das forças produtivas.

---

<sup>1</sup> Neste texto identificamos como sinônimos estranhamento e alienação, traduzindo o binômio *Entäusserung/Entfremdung* por exteriorização/alienação.

<sup>2</sup> Doutor em educação. Professor da Faculdade de Educação de Itapipoca da Universidade Estadual do Ceará – FACEDI/UECE.

Diante disso é preciso chamar as coisas e processos pelos nomes. Como um velho revolucionário russo gostava de dizer para indicar a realidade objetiva de certas ocorrências: um gato é um gato, os cavalos comem aveia e o rio Volga corre para o mar.

Nessa perspectiva, procuramos por meio da pesquisa teórico-bibliográfica e utilizando o método da leitura imanente identificar a materialidade da alienação enquanto processo histórico-social. O texto divide-se em três momentos básicos. Primeiro, um percurso sintético sobre as diversas formas de apreensão do complexo social da alienação. Segundo, a identificação marxiana dos fundamentos da alienação no processo de produção da vida material da sociedade. Terceiro, a tentativa de identificar os aspectos alienantes da práxis educativa.

## **1. Trajetória do conceito de alienação**

A alienação é um fenômeno histórico-social, que tem suas raízes nas relações entre os seres humanos. Portanto, a alienação refere-se a algo e deve resultar de certas causas referentes ao mundo humano, à sua configuração e história. A percepção de tal complexo social apresentou-se de diversas maneiras, conforme as culturas, a etapa histórica e os sujeitos concretos que a perceberam.

Para Erich Fromm (1900-1980), psicanalista alemão ligado à denominada Escola de Frankfurt que realizou uma síntese interesse entre aportes teóricos de Marx e Freud, a identificação do conceito de alienação possui raízes bem antigas. Segundo Fromm alienação significa que,

[...] o homem *não se vivencia* como agente ativo de seu controle sobre o mundo, mas que o mundo (a natureza, os outros, e ele mesmo) permanece alheio ou estranho a ele. Eles ficam acima e contra ele como objetos, malgrado possam ser objetos por ele mesmo criados. Alienar-se é, em última análise, vivenciar o mundo e a si mesmo passivamente, receptivamente, como o sujeito separado do objeto (1979, p. 50).

Então, nessa perspectiva de não vivenciar sua natureza ativa pelo próprio homem, Fromm, talvez por suas raízes judaicas mesmo sendo ateu, afirma que esse conceito de alienação foi expresso pela primeira vez no pensamento ocidental através do conceito de idolatria do Antigo Testamento. Tal categoria de idolatria, de acordo com ele, não se reduz à superficialidade do homem adorar muitos deuses em vez de um único. Mas, centra-se:

[...] em os ídolos serem obra das mãos do próprio homem – eles são coisas e no entanto o homem curva-se ante elas e as reverencia; adora aquilo que ele

mesmo criou. Ao fazê-lo, ele se transforma em coisa. Transfere às coisas de sua criação os atributos de sua própria vida, e em vez de experienciar-se com a pessoa criadora, só entra em contato consigo mesmo através da adoração do ídolo. Ele se alheou às forças de sua própria vida, à riqueza de suas próprias potencialidades, e só entra em contato consigo mesmo de maneira indireta, e submetendo-se à vida congelada nos ídolos (Fromm, 1979, p. 51).

Além desse aspecto e avançando mais, o filósofo húngaro Mészáros indica na mitologia judaico-cristã outros indícios de apreensão da realidade da alienação, como:

A ordem divina afirma-se foi violada; o homem alienou-se dos “caminhos de Deus”, seja simplesmente pela “queda do homem” ou mais tarde pelas “idolatrias sombrias da Judá alienada”, ou ainda, mais tarde, pelo comportamento dos “cristãos alienados da vida de Deus”. A missão messiânica consiste em resgatar o homem desse estado de auto-alienação que ele atraiu sobre si mesmo (2006, p.32).

No caso específico do projeto cristão que, surgindo como uma vertente herética do judaísmo hegemonizou ideologicamente o Ocidente, existe a percepção mistificada da alienação e, também, a possibilidade mistificada de solução:

[...] em sua universalidade o cristianismo anuncia a solução imaginária da auto-alienação humana na forma do “mistério de Cristo”. Esse mistério postula reconciliação das contradições que fizeram com que grupos de pessoas se opuseram mutuamente como “estranhos”, “estrangeiros”, “inimigos”. Não é apenas um reflexo de uma forma específica de luta social, mas ao mesmo tempo também sua “resolução” mística [...] (Mészáros, 2006, p. 32).

Com a superação do feudalismo pelo capitalismo o conceito religioso de alienação foi secularizado. Com a generalização das relações mercantis romperam-se as amarras feudais que impendiam a “vendabilidade universal”, tudo se tornou passível de vir a ser mercadoria, de ser vendido e comprado, inclusive a força de trabalho humana:

Nas condições da sociedade feudal, os obstáculos que resistiam ao avanço do “espírito do capitalismo” eram, por exemplo, o fato e que “o vassalo não podia alienar sem o consentimento de seu superior” (Adam Smith), ou que “o burguês não pode alienar as coisas da comunidade sem a permissão do rei” (século XIII). O ideal supremo era que cada um pudesse “dar e alienar aquilo que lhe pertence” (século XIII). Evidentemente, porém, a ordem que limitava ao “Senhor” o poder de “vender seu Servo, ou aliená-lo por Testamento” (Hobbes), ficava desesperadamente aquém das exigências da “*livre alienabilidade*” de tudo – até mesmo da própria pessoa – por meio de uma disposição *contratual*, de que a pessoa interessada seria parte. Também a terra, um dos pilares sagrados da ordem social ultrapassada, tinha de tornar-se alienável, para que o desenvolvimento da sociedade mercantil pudesse avançar sem barreiras” (Mészáros, 2006, p. 37-38).

Nessas condições, o sentido da apreensão do fenômeno da alienação, como dissemos, secularizou-se, a alienação tornou-se algo horizontal e palpável, vinculada ao predomínio do mercado nas relações humanas, resultando na reificação dessas e na produção do individualismo competitivo:

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados” [...] que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade (Mészáros, 2006, p. 39).

Assim, a partir do surgimento e consolidação do capitalismo, a compreensão da alienação enquanto realidade tinha que, necessariamente, confrontar-se com a situação que:

[...] a ordem social da “sociedade civil” só se poderia sustentar com base na conversão das várias áreas da experiência humana em “mercadorias vendáveis”, e só poderia seguir, relativamente imperturbável, o seu curso de desenvolvimento enquanto essa mercantilização universal de todas as facetas da vida humana, inclusive as mais privadas, não alcançasse seu ponto de saturação (Mészáros, 2006, p. 39).

Por isso, Rousseau (1712-1778), durante o processo de desenvolvimento das revoluções burguesas europeias e, expressando o protesto democrático do pequeno burguês, pressionado pelo desenvolvimento do capitalismo, critica “vendabilidade universal”. Para Rousseau existe um “estado natural”, que é uma condição de felicidade, de virtude e de liberdade, a qual é destruída e apagada pela civilização, no caso, a sociabilidade burguesa emergente. É a civilização que perturba as relações humanas, pois os homens nascem livres e iguais (princípio que vai se afirmar nas revoluções burguesas). Assim, os homens não podem renunciar a esses bens de sua condição natural: a liberdade e a igualdade. Mesmo quando a sociedade nasce do contrato, este só constitui a sociedade para servir a livre expansão da personalidade do indivíduo. A sociedade e o povo nunca podem perder sua soberania construindo um Estado distinto e separado. O único órgão soberano é a assembleia dos cidadãos, os governantes são apenas comissários do povo. A afirmação da igualdade é fundamental para Rousseau, pois, o homem só pode ser livre se for igual: assim que surgir a desigualdade entre os homens acaba-se a liberdade. O fundamento da liberdade é a igualdade. Daí que Rousseau:

“[...] insiste – em oposição às abordagens tradicionais do “contrato social” – que o homem não pode alienar sua *liberdade*. Pois “alienar é dar ou vender [...] mas em troca do que as pessoas vendem a si mesmas [...] Mesmo que cada homem pudesse alienar-se, não poderia alienar seus filhos: eles nascem homens e livres; sua liberdade lhes pertence, e ninguém além deles tem o direito de dispor dela”. (Mais ainda, ele desenvolve essa afirmação acrescentando que só pode haver uma maneira acertada de dispor do direito inalienável à liberdade: “todo homem, ao dar-se a todos, não se dá a ninguém”, portanto, “em lugar da personalidade individual de cada parte contratante, esse

ato de associação cria um corpo *moral* e coletivo, composto de tantos membros quanto são os votantes da assembleia, recebendo desse ato sua unidade, sua identidade comum, sua vida e sua vontade”. O que significa, aos olhos de Rousseau, que o indivíduo não perdeu nada ao elaborar um contrato com base em sua “liberdade natural”; pelo contrário ganha a “*liberdade civil* e a *propriedade* de tudo o que possui”. Além disso, o homem também “adquire, no Estado civil, a *liberdade moral*, a única que faz dele realmente *senhor de si mesmo*; isso porque o simples impulso do apetite é uma escravidão, ao passo que a *obediência a uma lei que prescrevemos anos mesmos é liberdade*) (Mészáros, 2006, p. 53-54).

Já Hegel (1770-1831), o último dos grandes filósofos sistemáticos burgueses, que restabelece plenamente a distinção entre Estado e sociedade civil formulada pelos pensadores do século XVIII, mas pondo o Estado como fundamento da sociedade civil e da família, também se apercebe da alienação. Hegel instaura a alienação no cerne do próprio processo histórico, mas como filósofo idealista a retrata especulativamente:

Segundo Hegel, fundamento absoluto do mundo e do processo dialético é a alienação da Ideia. Esta sai de si mesma, tornando-se o Outro (que ainda é ela, mas numa existência dispersa, incapaz de si apreender sem si opor a si mesma). Todos os graus ascendentes do ser (natureza, vida, sociedade, arte, religião, filosofia), em sua unidade em cada época e na sucessão das épocas, são recuperações da Ideia por si mesma. Mas nenhuma delas chega a ser sua própria verdade em si e por si – permanecem sempre na alienação. (Lefebvre e Guterman, 2011, p. 84).

Feuerbach (1804-1872), que realizou uma crítica da religião e aplicou-a a filosofia de dialético-idealista de Hegel, utiliza uma compreensão refinada de alienação para indicar a substituição do Absoluto (Deus ou Ideia) pelo homem. Este não seria mais o predicado de Deus ou da Ideia, mas seria o próprio sujeito, que diante de sua precariedade cria um Deus que projeta seus desejos de perfeição e eternidade:

[...] o objeto do homem nada mais é do sua própria essência objetivada. Como o homem pensar, como for intencionado, assim é o seu Deus: quanto valor tem o homem e não mais tem o seu Deus. *A consciência de Deus é a consciência que o homem tem de si mesmo, o conhecimento de Deus, o conhecimento que o homem tem de si mesmo.* Pelo Deus conheces o homem e vice-versa pelo homem conheces o seu Deus; ambos são a mesma coisa. O que é Deus para o homem é o seu espírito, a sua alma e o que é para o homem seu espírito, sua alma, seu coração, isto é também o seu Deus: Deus é a intimidade revelada, o pronunciamento do Eu do homem; a religião é uma revelação solene das preciosidades ocultas do homem, a confissão dos seus mais íntimos pensamentos, a manifestação pública dos seus segredos de amor (Feuerbach, 1988, p. 55-56).

Em Feuerbach, a alienação, vista na perspectiva secular e humanista, é fundamentalmente religiosa. Como Deus não existe como sujeito, só pode ser predicado do homem. O homem se objetiva nesse objeto, sua criatura, que, em última instância, é ele mesmo, ou seja, sua essência objetivada. No entanto, como o homem não reconhece

que Deus é um produto seu nem se reconhece nele, essa relação sujeito (homem) e objeto (Deus) aparece como alienação:

O homem transporta primeiramente a sua essência para *fora de si* antes de encontra-la *dentro de si*. A sua própria essência é objeto primeiramente como uma outra essência [...] O homem objetivou-se, mas não reconheceu o objeto como sua essência [...] (Feuerbach, 1988, p. 56).

Esse processo produz, segundo Feuerbach, consequências negativas para o ser humano, pois: Deus apresenta-se como algo alheio ao homem, empobrecendo-o por concentrar em si qualidades humanas e constituindo-se como sujeito dominante diante do homem que o criou. Nesse movimento crítico empreendido por Feuerbach, mesmo baseado numa concepção abstrata de homem, destacam-se três momentos básicos do complexo social da alienação, que posteriormente serão apreendidos numa perspectiva ontológico-materialista: 1) o sujeito é ativo e com sua atividade cria o objeto; 2) o objeto, produto de sua atividade, porém, o sujeito não se reconhece nele, lhe é estranho; 3) o objeto apresenta-se com um poder que em si mesmo não tem e se volta contra o sujeito, seu criador, dominando-o, tornando o sujeito predicado do objeto.

## **2. Marx e os fundamentos materiais da alienação**

Marx possui uma vantagem sobre todos os que o precederam, porque descobriu que ruptura entre o ser meramente biológico e o ser social ocorre pela capacidade peculiar deste último de transformar o mundo que o cerca, através de atos conscientemente orientados, ou seja, o que distingue a ação da natureza e dos seres biológicos, de uma maneira geral, da do homem é o trabalho. O trabalho é, portanto, a protoforma do conjunto das atividades humanas. Tem acompanhado o homem desde os primórdios de sua existência, como atividade necessariamente útil, associada à produção dos seus meios de vida, à satisfação imediata de suas necessidades, como meio de garantir sua sobrevivência. Assim, o trabalho é o momento fundante da sociabilidade humana, embora nem todos os atos humanos possam ser redutíveis a atos de trabalho. O que diferencia o trabalho do homem da atividade dos outros animais é que aquele projeta na mente o resultado final do seu trabalho, imprimindo-lhe determinada finalidade.

Entretanto, por processo histórico contraditório, o trabalho nas sociedades historicamente determinadas constituiu como uma tortura para as classes trabalhadoras. As relações sociais de opressão e exploração colocaram-se como obstáculos à plena

explicitação da generalidade humana, principalmente no modo de produção capitalista, cujo desenvolvimento das forças produtivas possibilita a satisfação das necessidades básicas do conjunto da humanidade, abrindo possibilidades inesgotáveis de individuação e sociabilidade plena. A partir dessa contradição é que Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, parte para compreender o núcleo material da alienação no seio do capitalismo:

Nós partimos de um fato nacional-econômico, *presente*. O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas [...] aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz de fato, mercadorias em geral. (Marx, 2004, p.80).

Dessa constatação, Marx aproxima-se mais e identifica que a propriedade capitalista dos meios de produção faz com que:

[...] objeto [...] que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa [...] é a *objetivação* [...] do trabalho. A efetivação [...] do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação [...] do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como estranhamento [...] (Marx, 2004, p. 80).

Assim, o trabalho fundamento da sociabilidade humana, subordinado ao capital, se materializa em objetivações que se voltam contra o produtor. Os objetos resultantes do processo de trabalho, devido à propriedade privada capitalista, servem aos interesses do capital e não aos dos produtores. Por isso, a perda do objeto e a servidão a ele: o sujeito está alienado de sua criação. Mas, outro momento da alienação/estranhamento, ocorre no próprio processo de trabalho ou produção orientado pela acumulação capitalista:

[...] o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio [...] ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? (Marx, 2004, p. 82).

Aqui, para Marx, surge a “[...] terceira determinação do trabalho estranhado a extrair das duas vistas até aqui” (Marx, 2004, p. 83). Isso, porque:

O homem é um ser genérico [...], não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se

relaciona consigo mesmo como [com] um ser *universal*, [e] por isso livre (Marx, 2004, p. 83-84).

Então:

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe da vida *genérica*, apenas um meio de vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada.

Pois primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo [...] da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como meio de vida (Marx, 2004, p. 84).

Portanto, o homem, pelo processo material da produção capitalista, aliena-se, estranha-se de sua própria natureza/essência – que é essencialmente histórica -, não se reconhecendo enquanto ser genérico, produzindo:

[...] uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o *outro* homem. O que é produto da relação do homem com seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (Marx, 2004, p. 85-86).

Assim, sob a sociabilidade burguesa, a alienação que surge historicamente da divisão social do trabalho, da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes antagônicas, atinge o paroxismo com quatro momentos básicos: o homem alienado da natureza; o homem alienado de si, isto é, de sua atividade; o homem alienado de seu ser genérico; o homem alienado dos outros homens.

### **3. Dimensões da alienação na práxis educativa**

A reprodução do ser social, sua continuidade, exige um tipo de mediação responsável por expressar na subjetividade do indivíduo os patamares históricos do gênero humano. Devido à descontinuidade entre o gênero humano e indivíduos, a reprodução do ser social exige uma mediação que numa dialética de transmissão/apropriação processe a continuidade do ser social de geração a geração e do universal para o particular. Tal mediação, própria da reprodução social, é a educação.



É importante destacar que a educação no sentido ontológico, não é trabalho, mas um tipo específico de práxis social integrante do complexo da reprodução social. Isso porque, o trabalho expressa o metabolismo entre o homem e a natureza, visando com finalidades humanas objetos naturais. A práxis educativa vincula-se ao tipo de posição teleológica que busca incidir sobre a consciência de outros indivíduos para impeli-los a executar posições desejadas. Nesse sentido, enfatiza Tonet (2005, p. 218):

O ato educativo, ao contrário do trabalho, supõe uma relação não entre um sujeito e um objeto, mas entre um sujeito e um objeto que é ao mesmo tempo também sujeito. Trata-se aqui, de uma ação sobre uma consciência visando induzi-la a agir de determinada forma. No trabalho, se dispusermos dos conhecimentos e das habilidades necessários e realizarmos as ações adequadas, é certo que, salvo intervenção do acaso, atingiremos o objetivo desejado. No caso do ato educativo, o mesmo conjunto de elementos está longe de garantir a consecução do objetivo, pois não podemos prever como reagirá o educando.

Então a função da práxis educativa funda-se na necessidade do processo reprodutivo, que constantemente gera o novo, de impor situações que exigem além certos tipos de respostas, a reprodução e desenvolvimento de uma série de objetivações necessárias para a continuidade social.

Cada formação social específica – da comunidade primitiva ao capitalismo – cobra dos indivíduos determinadas formas de pensar, produzir e agir imprescindíveis a cada tipo de sociedade. Noutras palavras, as forças sociais dominantes condicionam um conjunto de posições teleológicas responsáveis pelas decisões alternativas individuais, indicando as desejáveis e as não desejáveis.

Portanto, o primeiro elemento da educação centra-se na formação social do comportamento, pois a sua essência consiste em influenciar os homens a fim de que, frente às novas alternativas da vida, reajam de modo socialmente desejado. A práxis educacional intenta, como mecanismo da reprodução social, induzir as posições teleológicas dos indivíduos para determinadas decisões compatíveis com as exigências de determinada formação social, mas também:

Toda sociedade reclama dos próprios membros uma dada massa de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc.; conteúdo, método, duração etc. da educação em sentido estrito são conseqüências das necessidades sociais assim surgidas. (Lukács, 1981, p. 153).

O que quer dizer que, só com a apropriação, o domínio e o desenvolvimento das objetivações passadas, a práxis social em suas diversas esferas, pode avançar, inclusive produzindo o novo, a partir da inadequação de certas objetivações e da integração de novas descobertas. Além disso, educação é uma ponte entre o acúmulo de objetivações das gerações passadas e o presente que precisa dar respostas novas a novas situações próprias da construção permanente do futuro. É o futuro do processo reprodutivo que define quais objetivações e para que setor social – no caso das sociedades classistas – devem ser transmitidas e apropriadas pelos indivíduos, a fim de que estes possam se “[...] tornar aptos a reagir adequadamente a eventos e situações imprevisíveis, novas, que apresentar-se-ão mais tarde nas suas vidas.” (Lukács, 1981, p. 152).

Assim, a práxis educativa intenta produzir individualidades de acordo com as exigências de determinado tipo de sociedade, o que ocorre pela sua influência sobre o campo das decisões individuais, e também busca mediar o processo de apropriação por parte dos indivíduos da experiência humana acumulada. Sendo a produção de individualidades compatíveis com as formas concretas do ser social o eixo que impulsiona, coordena e determina o processo de transmissão e apropriação no conjunto de objetivações mínimas para a continuidade de cada formação social. Portanto, no processo de reprodução da sociedade capitalista, a educação, como complexo social, também produz e reproduz os processos de alienação.

Primeiro, a práxis educativa produz e reproduz alienação na esfera de constituir individualidades por meio da apropriação de objetivações que são barreiras ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Segundo, a práxis educativa, em sua própria efetivação, na relação entre os diversos sujeitos educativos, produz e reproduz relações de alienação.

Isso porque a formação de indivíduos socialmente aceitáveis à sociabilidade burguesa e a transmissão de um conjunto de conhecimentos, habilidades e valores, tem como lastro no capitalismo a necessidade da reprodução constante das desigualdades, da exploração, da opressão e de um conjunto de objetivações alienadas, que condicionam a opção por várias características da individualidade, o que deve ser preservado do passado e quais as novas objetivações serão incorporadas no fluxo da práxis social capitalista.

## **Referências Bibliográficas**

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Petrópolis: Vozes, 1988;

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LEFEBVRE, Henri e GUTERMAN, Norbert. Introdução. In: LENIN, V. I. **Cadernos sobre dialética**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LUKÁCS, Gyögy. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Roma: Ed. Riuniti, 1981, v. 1 e 2.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.